

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Amanda Marques Penna

**PATRICIA CHURCHLAND E O QUARTO DE MARY**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientador: Humberto Schubert Coelho

Juiz de Fora  
2019

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **AMANDA MARQUES PENNA**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201673081A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **PATRICIA CHURCHLAND E O QUARTO DE MARY**, desenvolvido durante o período de 5 de Agosto de 2019 a 26 de Novembro de 2019 sob a orientação de HUMBERTO SCHUBERT COELHO, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**AMANDA MARQUES PENNA**

**Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

# PATRICIA CHURCHLAND E O QUARTO DE MARY

Amanda Marques Penna<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo busca traçar como se dá a resposta da autora Patricia Churchland ao problema levantado pelo autor Frank Jackson em seu artigo *Epiphenomenal Qualia*, de 1982, ao propor o famoso exemplo da neurocientista Mary, juntamente com o exemplo de Fred. A questão que esses experimentos de pensamento procuram apontar é se a explicação sobre os estados físicos cerebrais são suficientes para a compreensão do fenômeno mental. A partir da apresentação de como se constrói essa tese que os exemplos defendem, será exposto como é estruturado o argumento da autora. Para tanto, é importante uma sucinta exposição de como se desenvolve sua filosofia, com o objetivo de mapear algumas noções básicas que fundamentam seu pensamento para que assim seja possível uma compreensão mais precisa do que ela pressupõe ao se posicionar em relação ao argumento do Frank Jackson.

**PALAVRAS-CHAVE:** Filosofia da mente. Patricia Churchland. Frank Jackson. Fisicalismo. Quarto de Mary.

## 1. INTRODUÇÃO

A intenção do presente artigo é apresentar sinteticamente de que maneira se dá a resposta da Patricia Churchland à questão levantada por Frank Jackson - de se a informação sobre os estados físicos do cérebro consegue esclarecer suficientemente os estados mentais - e demonstrar como essa resposta depende de uma compreensão mínima sobre seu trabalho filosófico. Para isso, será feita uma exposição de alguns dos elementos que compõem a sua “neurofilosofia” e a sua visão fisicalista de mundo, já que são nesses conceitos que residem os pontos-chaves para a construção do seu pensamento.

Assim, será apresentado como Jackson desenvolve os exemplos da neurocientista Mary e de Fred no seu artigo *Epiphenomenal Qualia* (1982). A argumentação que os exemplos implicam ficou conhecida como o “argumento do conhecimento”, que será esquematizado na mesma seção. Como o objetivo do artigo é, majoritariamente, a resposta dada pela autora ao argumento do conhecimento, a filosofia de Frank Jackson não será foco de desenvolvimento, mas sim a proposta apresentada pelos experimentos de pensamento.

Em seguida, é desenvolvida a resposta da autora a partir, principalmente, de seu artigo *Neurophilosophy: The early years and new directions*, de 2007, por possuir observações feitas diretamente aos exemplos do autor. Sua resposta se inicia com uma revisão sobre o que os exemplos pressupõem como sendo uma “visão fisicalista”, seguida de uma argumentação baseada nas suas noções de epistemologia e metafísica.

Por isso, a seção seguinte é reservada para esclarecer um pouco esses pontos de partida da sua argumentação, expondo sinteticamente a sua neurofilosofia e sua postura fisicalista, as quais projetam um naturalismo. E, dado disso, é exposta a conclusão em que a autora acaba chegando de que a interdisciplinaridade é o instrumento que melhor viabiliza a elucidação de algumas questões filosóficas, principalmente na filosofia da mente, com uma investigação mais precisa, mais rica e mais plural.

Portanto, o objetivo do artigo é mostrar como é essencial revisar alguns pontos-chave da filosofia da Patricia Churchland para uma crítica melhor direcionada aos seus debates.

## 2. O ARGUMENTO DO CONHECIMENTO SOBRE O QUALIA

O “argumento do conhecimento”, apresentado no artigo *Epiphenomenal Qualia* (1982), publicado pelo *Philosophical Quarterly*, consiste numa experiência de pensamento que tem a intenção de contestar a perspectiva fisicalista sobre os estados mentais serem reduzíveis a estados físicos cerebrais. Para isso, o autor expõe duas situações: primeiramente a de Fred e depois a da neurocientista Mary.

Fred, como explica o autor, é um homem que experiencia mais cores do que o esperado por um olho humano normal, sendo capaz de identificar duas cores diferentes ao passo que nós seríamos capazes de reconhecer apenas uma. Assim, quando Fred é submetido a alguns experimentos, como separar tomates de uma cesta, é percebido que todas as vezes que ele divide os tomates em dois grupos, após ser vendido e

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: amanda.mpenna@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Humberto Schubert Coelho.

misturado de novo os tomates na cesta, ele é capaz de separar novamente nos mesmos grupos que antes havia separado.

Quando é questionado, Fred explica que os tomates têm cores diferentes, ou seja, onde nós vemos uma cor, o vermelho, ele vê duas, as definindo como  $red_1$  e  $red_2$ .

To him  $red_1$  and  $red_2$  are as different from each other and all the other colours as yellow is from blue. And his discriminatory behaviour bears this out: he sorts  $red_1$  from  $red_2$  tomatoes with the greatest of ease in a wide variety of viewing circumstances (JACKSON, 1982, p. 128)

Dessa forma, é investigado o que, de fato, acontece fisiologicamente com Fred durante seu ato de perceber as cores dos objetos e é descoberto que o seu sistema visual consegue identificar dois diferentes comprimentos de onda do espectro vermelho, o que o possibilita discernir essas duas cores ( $red_1$  e  $red_2$ ) com a mesma facilidade que temos para discernir amarelo de azul (JACKSON, 1982, p. 128-129).

Assim, Frank Jackson defende que, apesar de sabermos tudo o que acontece fisiologicamente com Fred, qual o comprimento de onda e em quais espectros estão as cores que ele consegue ver e que nós não conseguimos, o que acontece no seu sistema visual, como se manifestam as células e quais áreas manifestam estímulos, parece que não é o suficiente para dizermos que sabemos o que ele observa. Que é evidente que falta algo para de fato conhecermos essas cores, que a explicação não dá conta do que Fred vê, “que há algo que não sabemos” (JACKSON, p. 129). Que se fosse possível, após a morte de Fred, fazer uma cirurgia para implantar seus olhos em alguém, essa pessoa entenderia exatamente o que Fred via, diferente de nós que não teríamos esse acesso a  $red_1$  e  $red_2$ .

Em seguida, o artigo apresenta outro exemplo, similar ao de Fred, mas um pouco menos abstrato por não propor a percepção de uma cor não familiar. Esse exemplo, que ilustra a mesma tese, ficou popularizado como “Mary’s room” ou “o quarto de Mary”, em que Mary é uma neurocientista que nunca viu cores em toda a sua vida. Ela é forçada a experienciar e investigar o mundo através de uma televisão preta e branca, trancada num quarto preto e branco. Ela é especialista na neurofisiologia do sistema visual, tendo toda a informação sobre os eventos físicos que ocorrem quando o olho humano capta um comprimento de onda específico e onde ocorrem estímulos neuronais no cérebro após a recepção dessas ondas (JACKSON, 1982, p. 130).

What will happen when Mary is released from her black and white room or is given a color television monitor? Will she learn anything or not? It seems just obvious that she will learn something about the world and our visual experience of it. But then is it inescapable that her previous knowledge was incomplete. But she had all the physical information. Ergo there is more to have than that, and Physicalism is false. (1982, p. 130)

A partir desse raciocínio, a argumentação que esse exemplo compreende, em geral, pode ser posta ou construída da seguinte forma, segundo a *Stanford Encyclopedia of Philosophy*:

- (1) Mary has all the physical information concerning human color vision before her release.
- (2) But there is some information about human color vision that she does not have before her release. Therefore
- (3) Not all information is physical information. (NIDA-RÜMELIN; O CONAILL, 2019).

Isso significa que, nos dois cenários expostos pelo autor, há um sujeito A que tem conhecimento físico completo sobre um dado fenômeno, mas que, no entanto, não consegue ter acesso ao que um sujeito B, que experienciou o fenômeno, possui. Esse conhecimento que B tem, aparentemente, é inacessível ao sujeito A por esse não ter experienciado o fenômeno em si.

No entanto, é importante mapear duas possíveis interpretações à estruturação argumentativa que os exemplos de Jackson sugerem. Segundo a enciclopédia, no mesmo verbete, há duas linhas diferentes em que a argumentação pode ser entendida, a epistemológica e a ontológica. A epistemológica consistiria nas premissas de que (1) Mary tem completo *conhecimento físico* sobre o sistema visual humano antes de ser solta, (2) mas há um *tipo de conhecimento* que Mary não tinha antes de ser solta, logo, (3) há algum *tipo de conhecimento* sobre o sistema visual humano que é não-físico. Já a versão ontológica, considera que (1) Mary conhece todos os  *fatos físicos* sobre o sistema visual humano, (2) mas há *alguns fatos* que Mary não

sabia antes de ser solta, logo, (3) há  *fatos não-físicos*  sobre o sistema visual humano (NIDA-RÜMELIN; O CONAILL, 2019).

Essa observação acerca das duas possíveis argumentações tem sua origem no artigo de Terrence Horgan, *Jackson on Physical Information and Qualia* de 1984, em que o autor mostra que “se referir a informação física do argumento do conhecimento é ambíguo entre uma perspectiva ontológica e epistemológica” (NIDA-RÜMELIN; O CONAILL, 2019). De acordo com o que Horgan propõe no seu artigo, uma sentença S pode expressar uma informação física sobre algum fenômeno, no qual “pertence ou segue de” uma consideração física dos processos, ou pode se referir a uma informação ontologicamente física, em que a “sentença S expressa informação ontologicamente física sobre o fenômeno somente se todas as entidades referidas são físicas e se todas as propriedades e relações expressas pela sentença S também são físicas” (NIDA-RÜMELIN; O CONAILL, 2019; HORGAN, 1984, p. 150)

Por isso,

[...] presupposing a distinction along these lines one may replace ‘to have all explicit physical information about x’ by ‘to have complete physical knowledge about x’ and one may replace ‘to have all ontologically physical information about x’ by ‘to know all the physical facts about x’. The argument may thus be reformulated in two different ways. (2019)

Em concordância com isso, será considerado como horizonte argumentativo a versão ontológica do argumento do conhecimento, uma vez que essa é a versão que, segundo Nida-Rümelin e O Conaill, parece se aproximar mais ao que Frank Jackson procurava defender em seu artigo<sup>2</sup>.

### 3. A OBJEÇÃO AO ARGUMENTO DO CONHECIMENTO SOBRE O QUALIA

A objeção ao “argumento do conhecimento” sobre o qualia pode ser encontrada em diversas obras da Patricia Churchland, visto que muito da sua trajetória acadêmica se envolve diretamente com o tema abordado por Frank Jackson no artigo em questão. No entanto, é possível encontrar de maneira menos homogênea uma resposta direta à tese que os exemplos da Mary e de Fred defendem no artigo *Neurophilosophy: The early years and new directions*, publicado em 2007.

Nesse artigo, ela observa que o experimento de pensamento exposto por Jackson considera que a perspectiva fisicalista defende que a explicação do fenômeno é o fenômeno em si, e que, se é chegado na conclusão de que o fenômeno não é a sua explicação, o fisicalismo estaria refutado, isto é, se Mary conhece todas as informações físicas de alguma cor, ela deveria conseguir ver a própria cor e que, se ela não conseguisse, o fisicalismo seria falso, o que, para a autora, é um “*rhetorically convenient misunderstanding*”(CHURCHLAND, 2007).

More specifically, to Jackson, it was pointed out that experiencing the color blue presumably involves a specific pattern of activity in, say, V4, among other places (32). Now a discursive understanding of the hypothesis that specifies that V4 activity is required could not itself be expected to activate V4, though it might activate some other region, such as the dorsolateral prefrontal cortex. (2007)

Ela também dá o exemplo de que, partindo desse mesmo raciocínio, um aluno de física que sabe tudo o que há para saber da lei da gravidade newtoniana, cairá, e se ele não cair, ou Mary não observar a cor azul ao ver a sua explicação física, o fenômeno é ontologicamente único, e que o fenômeno, por conseguinte, possui uma natureza tal diferente da física.

This argument is effective against Jackson precisely because the crux of his idea is the supposition that if discursive understanding of the neurobiology of color perception does not itself produce color perception, then color perceptions are ontologically special. (2007)

Nesse ponto, é importante explicitar de que maneira essa discordância se constrói. Ao se pensar retrospectivamente, é possível perceber que Jackson, diferente da Patricia Churchland, considera que a

---

<sup>2</sup> No artigo, é exposto como a postura de Jackson consegue ser aberta a essas duas interpretações, no entanto, os autores apresentam o argumento de cunho ontológico como o “mais forte”. Ver QUALIA: THE KNOWLEDGE ARGUMENT. In: NIDA-RÜMELIN, Martine; In: O CONAILL, Donnchadh. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Winter 2019 ed. [S.l.]: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2019. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/qualia-knowledge/>>.

explicação física dos processos não esgota o fenômeno por ele ter uma natureza diferente, que há algo que o físico não alcança e que a ciência não consegue explicar a totalidade do fenômeno por conta de ter essa natureza que a ciência não enxerga, que é não-física, baseando-se nas suas intuições, ou seja, a diferença na natureza dos fenômenos é percebida pela sua própria percepção da realidade, que pode ser entendida como intuição que se tem da realidade.

Como a autora se manifesta em seu artigo, na perspectiva de Jackson, o senso comum nos diz que há uma dissimilaridade tão claramente óbvia entre “a sua observação dos meus estímulos neuronais e a minha observação do azul” e é tão profundamente auto-evidente que eles implicariam numa distinção ontológica. E que, segundo a autora, esse argumento depende da afirmação de que “the nature of what I know when I see blue is entirely different from the nature of what I know when I observe neurons firing, and that this is obviously an ontological difference (a difference in the nature of the reality)”, ou seja, para ela, Frank Jackson estaria defendendo que a diferença epistemológica, que consiste na diferença em como algo é conhecido, seria tão grande que implicaria numa diferença ontológica, isto é, na natureza do que algo é (CHURCHLAND, 2007).

Nesse sentido, como exposto antes, o papel da intuição e da ciência entrariam em conflito. Isso porque, por mais que alguns autores, como Searle, ou Nagel defendam que a intuição nesse caso seria um instrumento epistemológico suficiente para afirmar conhecimento, a intuição, diferentemente da ciência, é, por definição, a apreensão imediata que se tem da realidade a partir das percepções, não sendo exigido para tal qualquer raciocínio para ser possível conhecer um dado fenômeno. Patricia Churchland, por ter uma postura fisicalista, considera que a intuição já provou ser equivocada em diversas situações, sendo, por isso, um descuido confiar nela somente, para a afirmação de algum conhecimento, por exemplo, de que há um aspecto ontológico diferente dos processos físicos visuais da própria observação da cor, que há algo não-físico envolvido.

[...] despite the parade of examples from the history of science where the “intuitively obvious” and the “self-evidently true” were shown to be factually false (light really is electromagnetic radiation, the Earth does move, space is not Euclidean), these contemporary philosophers adhere to the folk intuition that brain activity and mental experiences are too different to permit a neural explanation of mental events. (2007)

Com isso, a autora aproveita para esclarecer sobre a redução que a ciência faz na observação do fenômeno aos próprios termos. Por exemplo, a redução que é feita sobre a luz ser radiação eletromagnética ou sobre a temperatura ser a energia cinética molecular, não quer dizer que os fenômenos “sumiram”. A redução, para ela, significa somente que temos uma explicação do fenômeno, “[...] reduction of a phenomenon traditionally means only that we have an explanation of the phenomenon. And explanations of events do not normally make them go away” (2007).

Assim sendo, fica evidente a partir do que foi levantado que a objeção da Patricia Churchland a Jackson não consegue ser comprimida em uma resposta única, visto que a discordância entre os dois autores reside nas premissas, não somente na ideia lapidada, ou seja, se os autores discordam entre si não é meramente na conclusão, mas sim nos pilares que as respectivas estruturas argumentativas se fundamentam. Dessa forma, é importante delinear qual é o pano de fundo do pensamento da Patricia Churchland, analisando como a autora compreende a ciência, a epistemologia, qual sua visão metafísica e qual o papel da filosofia, para que as afirmações explanadas nas seções anteriores tenham mais sentido e para que seja possível fazer contraposição mais precisa à autora.

### 3. NEUROFILOSOFIA, NATURALISMO E FISCALISMO

A neurofilosofia, como a autora afirma em seu artigo *Neurophilosophy* (2016), publicado no livro *How Biology Shapes Philosophy*, é a disciplina que explora os avanços não só da neurociência, mas também da biologia evolutiva, da psicologia experimental e da genética no desenvolvimento das questões filosóficas. Assim, a autora defende uma perspectiva naturalista quanto aos assuntos que a filosofia se propõe a responder, já que ela integra a ciência no desenvolver filosófico (RITCHIE, 2012) e que, ao mesmo tempo, se estabelece metafisicamente no fisicalismo. Portanto, são essas três noções que vão orientar sua argumentação e também a presente seção.

O naturalismo, apesar de ter em si mesmo pontos de vista diferentes (RITCHIE, 2012, p. 179), é um movimento que pode ser caracterizado, em geral, como sendo a “teoria filosófica que trata a ciência como

nossa mais confiável fonte de conhecimento”(ROSENBERG, 2013b, p. 32). É um movimento que é muito marcado pela sua ideia de oposição a ideia de *first philosophy* (RITCHIE, 2012, p. 11), ou seja, considera que a filosofia não tem uma certa prioridade em relação a ciência em geral na busca do esclarecimento ou entendimento do mundo, pelo contrário, um naturalista procura dar autonomia à ciência e procura valorizar e integrar os avanços científicos na elucidação de alguns problemas filosóficos. A noção dessa linha de raciocínio, apesar de generalizada, pode, ainda que de maneira limitada, traduzir a maneira específica como Patricia Churchland projeta sua compreensão epistemológica, que se une a sua visão fisicalista.

A autora apresenta seu ponto de vista sustentando que é essencial a integração das ciências por parte da filosofia na busca pelo conhecimento ou esclarecimento, afirmando que a intuição, em contrapartida, se colocada num lugar de prioridade epistemológica, tem uma grande possibilidade de nos direcionar a caminhos obscuros ou equivocados, o que leva a autora a lembrar de alguns casos na história em que, se não fosse pela interdisciplinaridade, baseado só pela especulação filosófica ou pela intuição, os fenômenos continuariam a ser misteriosos. A abertura da filosofia à ciência, isto é, a integração do avanço científico no desenvolvimento de questões primariamente filosóficas, foi responsável pela desmistificação do caso, por exemplo, da natureza do fogo, da natureza das doenças infecciosas ou da natureza do sangue, que antes eram objetos de estudo exclusivos da filosofia (CHURCHLAND, 2016, p. 72)

Motivada por essa visão, ela propõe a sua ideia de neurofilosofia. As discussões que orbitam os temas centrais da filosofia da mente - a natureza da mente e do cérebro, a questão do qualia e a questão da consciência - são abordados por ela através dessa óptica, em que a ciência é revisitada em cada discussão, sobretudo a partir do aspecto fisicalista, por considerar que a filosofia da mente, em particular, não consegue caminhar sozinha, e que não há uma “*spooky thing*” que se manifesta de maneira misteriosa responsável por nos dar experiências qualitativas.

No entanto, essa proposta só poderia ter sido sugerida após os anos 70, visto que antes disso o estudo da neurofisiologia e da neuroanatomia era muito restrito. A microestrutura cerebral demorou a ser conhecida por conta da dependência que a neurofisiologia e a neuroanatomia têm em relação à química, à física e ao avanço tecnológico. As unidades básicas que compõem o cérebro funcionam conforme o entendimento de alguns fatores como a eletricidade, que foi desenvolvida somente na primeira metade do séc. XIX ou como a tabela periódica, que foi desenvolvida na forma que é conhecida hoje, em 1880, sendo, então, uma disciplina que só pôde dar seus primeiros passos no séc. XX, mais precisamente a partir de 1950 com o estudo das sinapses inibitórias por Eccles, tendo seu crescimento mais marcado após os anos 80, com as técnicas de imagiologia (CHURCHLAND, PATRICIA, 2016, p. 73). Dessa forma, foi possível o estudo mais detalhado do funcionamento cerebral e sua relação com o comportamento humano.

Some philosophers take it as dead obvious that the enduring existence of many puzzles in neuroscience entails that neuroscience can never, ever discover much in the way of mechanisms of cognitive function. One major reason for this conclusion is that they have generally failed to appreciate the clear historical point that the sciences of the nervous system are very young indeed.(2016, p. 73)

Um outro ponto importante que toca diretamente no tema acima exposto é a própria perspectiva da neurociência que a autora possui. Ao contrário do que às vezes é considerado, Patricia Churchland não defende uma previsão da ciência, em que a neurociência vai explicar os fenômenos da consciência ou do qualia. No seu ponto de vista, esses dois são resultados de um bom funcionamento cognitivo, ou seja, eles estão numa relação de superveniência apenas, que significa que dependem da dinâmica física cerebral, a qual se não se manifestar, nada ocorrerá (2016, p. 78), que então, em outras palavras, já estão explicados.

[...]With great confidence it will be claimed that consciousness is so completely and utterly and thoroughly mysterious, it will never be explained at all, period (McGinn 2012, 2014). By way of illustration, it may be suggested that expecting any science to explain how conscious experience emerges from the activity of neurons is like expecting a rat to understand differential equations. Despite its chestpounding confidence, this prediction should be taken with ample doses of caution because predicting where science will go and what will be discovered is really a rather risky business, to put it politely.(CHURCHLAND, PATRICIA, 2016, p. 79)

Nesse sentido, compondo o quadro que as experiências qualitativas dependem de um “bom funcionamento cognitivo”, ela explica sua noção de modelos interno e externo que o cérebro cria do mundo. Para isso, ela apresenta o exemplo do modelo espacial de um rato sobre o mundo, em que é suficiente para conseguir se movimentar nos ambientes, mas que, comparado ao modelo espacial de um humano ou de um

lobo, é muito mais limitado. Segundo a autora, existem também modelos do mundo causal, onde são criadas expectativas dada a causalidade dos eventos, por exemplo, sobre o fogo ser quente, o que seria uma vantagem no sentido de sobrevivência já que o indivíduo possuiria uma capacidade de previsão em que seriam observados e analisados os riscos. No entanto, haveria níveis de precisão em relação ao que o modelo supõe, por exemplo, o modelo causal de um cachorro pode ser menos preciso do que de um humano adulto, o qual pode ser mais preciso do que de um idoso (2016, p. 87).

Existe também o modelo interno, que consiste no modelo dos eventos cerebrais, o qual inclui processos como emoções, desejo e atenção, havendo, assim como no anterior, diferentes níveis de precisão. Esses modelos, segundo Patricia Churchland, seriam resultado do processo evolutivo, já que, um indivíduo com essas estruturas tem uma noção de mundo mais precisa, e dessa forma, se adapta melhor aos acontecimentos e, portanto, ao mundo (2016, p. 87).

Portanto, para a autora, esses modelos podem ser definidos como o mecanismo responsável pela interpretação que fazemos sobre a realidade. Seriam consequências evolutivas na medida em que esses modelos permitem uma dinâmica de expectativa e de avaliação de risco sobre algum fenômeno ou evento da realidade, permitindo o corpo se deslocar com mais segurança ou não se colocar em situações de perigo ou de ameaça. O ponto principal em que a autora pretende tocar ao explicitar esses dois modelos, além de explicar um pouco da dinâmica cerebral, como um humano consegue realizar uma ação a partir desses modelos (que por sua vez dependem da saúde dos processos físicos), é que, assim como o nosso sistema nervoso é resultado do processo evolutivo, esses eventos que o cérebro provoca, a sensação qualitativa das experiências, por exemplo, são consequências da evolução, procurando mostrar que a compreensão da mente humana deve muito à integração das diferentes disciplinas. Que muito das investigações sobre o cérebro humano também dependeu dos avanços na neurobiologia evolutiva e do conhecimento sobre o sistema nervoso de outras espécies, por conta de ter sido revelado, após comparações da anatomia entre sistemas nervosos humanos e não-humanos, que “a organização funcional foi conservada ao longo das centenas de milhões de anos (Allman 1999)” (CHURCHLAND, 2016, p. 77). Que, “apesar de possuir um cérebro maior que de outros mamíferos, a humanidade compartilha das mesmas estruturas, mesmos padrões de inervação, mesmos neuroquímicos e tipos neuronais”(2016, p. 77).

Tendo isso exposto, é possível caracterizar a postura adotada pela Patricia Churchland como claramente naturalista. A integração da ciência no espaço filosófico se mostra fundamental em sua perspectiva por considerar que muito do que foi especulado sobre a mente humana, hoje é possível observar com mais clareza devido a esse agregado de desenvolvimento de pesquisas em diferentes disciplinas.

Por isso, se torna evidente que sua postura não tem um cunho esperançoso no sentido de que a neurociência futuramente responderá as questões filosóficas, mas se aproxima mais de um ponto de vista de cunho assertivo, de que a neurociência, a biologia evolutiva, a psicologia comportamental, a genética, já explicam os fenômenos mentais, visto que ela parte da noção, exposta anteriormente, de que a ciência reduz a explicação dos fenômenos aos próprios termos, dando o exemplo da temperatura ser energia cinética molecular, da luz ser onda eletromagnética e que, observar esses fenômenos a partir da ciência e entender como se dão, não significa o mesmo de experimentar o fenômeno, mas sim de tentar olhar por uma perspectiva desmistificadora, até porque, segundo a autora, é possível colocar qualquer fenômeno num lugar misterioso (2016, p. 80).

[...] I have always emphasized that understanding neuroscience was necessary to understand the mind, some philosophers read me as saying neuroscience is both necessary and sufficient. This was a poorly disguised straw man designed to make the project look extreme and unproductive (see McGinn 2014; Churchland 2014). (2016, p. 89)

Em consonância a isso, Terence Horgan, diz em seu artigo que

Physicalism, construed as the doctrine that all information is physical information, is a claim about ontologically physical information. For, the Physicalist obviously does not mean to claim that the only genuine information-conveying language is the language of physical theories. Rather, he means to claim that whenever a genuine piece of information is conveyed in any kind of language (mentalistic language, for instance), the relevant entities, properties, and relations are all physical.(HORGAN, 1984, p. 150)

Por isso, pode-se dizer que a argumentação da Patricia Churchland sobre a sua neurofilosofia compreende, em primeiro lugar, uma noção metafísica fisicalista, por negar a existência de uma ontologia que



propõe uma não-fisicalidade dos objetos ou eventos, e que, a partir desse posicionamento, é possível traçar sua motivação em direção ao naturalismo, por existir uma “atitude positiva em relação à ciência [...] e um reconhecimento das falhas das abordagens da filosofia primeira” (RITCHIE, 2012, p. 280), chegando na conclusão de que será a interdisciplinaridade e a abertura, por parte da filosofia, às diversas áreas de conhecimento que orientarão com melhor o desenvolvimento de muitas das questões filosóficas.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma possível crítica aos posicionamentos da autora, portanto, podem residir em alguns pontos. A crítica que defende que os estados físicos cerebrais, ainda assim, não conseguem explicar os estados mentais talvez não seja um ponto tão enfraquecedor de sua filosofia visto que, para afirmar-se que estados mentais tem uma natureza diferente dos estados físicos, partiríamos das nossas próprias percepções e intuições, método que a autora não consideraria confiável visto que são inúmeras as vezes que somos enganados pelas nossas intuições. Para a autora, já que a explicação científica já se assume como uma redução do fenômeno, a neurociência seria análoga à postura que a física toma diante do que é a temperatura, que é a quantidade de energia molecular e não algo que ainda não foi explicado por não conseguir conter uma explicação qualitativa.

Isso quer dizer que, para Churchland, a natureza do que há é física e, por isso, a maneira mais confiável de se conhecer seria através de métodos físicos. E é esse um dos pontos de maior fragilidade de sua filosofia. Ela, ao fazer suas asserções, já parte do pressuposto de que as coisas que podem ser conhecidas são físicas, mas o método que é utilizado é o que investiga o físico. Em sua visão a melhor maneira de se conhecer seria pela ciência, no entanto, seria como se a ciência estivesse fazendo o papel de “juiz de seu próprio caso”, como Williamson defende em seu artigo *The unclarity of naturalism* (2013) ao criticar a visão do “naturalista extremo”.

[...]That physics does not show that there is such a thing as a debt crisis does not mean that physics shows that there is no such thing as a debt crisis. Physics simply does not address the question.

[...] all truths are discoverable by hard science, if it is true that all truths are discoverable by hard science, then it is discoverable by hard science that all truths are discoverable by hard science. But it is not discoverable by hard science that all truths are discoverable by hard science. Therefore the extreme naturalist claim is not true. Are all truths discoverable by hard science?(WILLIAMSON, 2013, p. 37)

Dada essas observações, outro contraponto interessante que pode ser abordado a sua tese é no que diz respeito à vagueza do que é considerado método científico. Há uma aparente imprecisão quando ela fala sobre a ciência ser o instrumento mais confiável em relação ao que se pode conhecer, por carecer de informação sobre o que seria, especificamente, a metodologia que ela se refere. Apesar de expor algumas características do fazer científico, acaba não considerando que há na própria ciência dificuldades dada a variabilidade metodológica das diversas disciplinas.

Peças-chaves que alicerçam a atividade científica não requerem somente a experiência empírica de um método hipotético-dedutivo, mas sim a racionalização, e se a racionalização é considerada, devem ser considerados métodos mais reflexivos como métodos válidos para se alcançar um conhecimento.

### REFERENCIAS

CHURCHLAND, Pat. Neurophilosophy: The early years and new directions. **Functional neurology** v. 22, p. 185–95, 1 out. 2007.

CHURCHLAND, Patricia. Neurophilosophy. In: SMITH, David Livingstone (Org.). **How Biology Shapes Philosophy: New Foundations for Naturalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 72–94. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/books/how-biology-shapes-philosophy/neurophilosophy/0792AFF2A2D7AAD380BC755B13361EF9>>. 978-1-107-05583-4.

CHURCHLAND, Patricia Smith. Epistemology in the Age of Neuroscience. **The Journal of Philosophy** v. 84, n. 10, p. 544–553 , 1987.

HORGAN, Terence. Jackson on Physical Information and Qualia. **The Philosophical Quarterly (1950-)** v. 34, n. 135, p. 147–152 , 1984.

JACKSON, Frank. Epiphenomenal Qualia. **The Philosophical Quarterly (1950-)** v. 32, n. 127, p. 127–136 , 1982.

QUALIA: THE KNOWLEDGE ARGUMENT. In: NIDA-RÜMELIN, Martine; In: O CONAILL, Donnchadh. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Winter 2019 ed. [S.l.]: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2019. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/qualia-knowledge/>>.

RITCHIE, Jack. **Naturalismo**. Tradução Fábio Creder. Petrópolis - RJ: Vozes, 2012. 316 p. (Pensamento Moderno). .

ROSENBERG, Alex. Can naturalism save the humanities? In: HAUG, Matthew C. (Org.). . **Philosophical Methodology: The Armchair or the Laboratory?** [S.l.]: Routledge, 2013a. p. 39.

ROSENBERG, Alex. Why I am a naturalist. In: HAUG, Matthew C. (Org.). . **Philosophical Methodology: The Armchair or the Laboratory?** [S.l.]: Routledge, 2013b. p. 32.

WILLIAMSON, Timothy. The unclarity of naturalism. In: HAUG, Matthew C. (Org.). . **Philosophical Methodology: The Armchair or the Laboratory?** [S.l.]: Routledge, 2013. p. 36.